

**Evento promovido pela ABRH para tratar da assistência à saúde dos trabalhadores contou com a participação da ANS**

O diretor-presidente substituto da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Leandro Fonseca, participou na manhã desta segunda-feira, 11/9, do Fórum de Saúde da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), no Rio de Janeiro.

Integrante da mesa "Agenda regulatória e o impacto sobre os empregadores", Fonseca contextualizou o setor de planos de saúde e informou que 80% dos cerca de 47 milhões de beneficiários de planos de assistência médica estão em planos coletivos, empresariais e por adesão. "O dinamismo do mercado de trabalho tem relação direta com o crescimento do setor de saúde suplementar", salientou.

Leandro Fonseca ressaltou também a importância do papel dos empregadores na gestão de saúde de sua população: "É fundamental o engajamento dos contratantes para o melhor cuidado de seus funcionários e suas famílias. As operadoras devem ser cobradas por esses resultados, mas são os empregadores os potenciais agentes de mudança do modelo assistencial do setor", afirmou antes de fazer um alerta: "Se o modelo assistencial não mudar, as despesas com assistência à saúde em relação à folha de pagamento das empresas tendem a aumentar".

Em seguida, o superintendente da Fenasaúde, Sandro Leal Alves, falou sobre gastos e desperdícios no setor e destacou o programa Sua Saúde, da ANS, como uma das formas de combater o mau uso de procedimentos: "O paciente precisa ser empoderado e deve ser orientado a participar das decisões acerca dos tratamentos a ele prescritos", destacou.

Na sequência, o coordenador de jornalismo da TV Globo, Gustavo Vieira, falou a respeito da série de matérias exibidas pelo Fantástico sobre o que chamaram de Máfia das Próteses. "A primeira matéria foi exibida em 4/01/2015 e hoje há mais de 15 milhões de resultados no Google para a pesquisa sobre esse tema", contou, dando a dimensão do alcance do assunto em veículos de todo o país.

Sobre esse tema, Leandro Fonseca destacou que o pagamento de comissões a médicos para o uso de órteses e próteses específicas na saúde suplementar não tem tipificação de crime, destacando que: "Não podemos incorrer no erro de generalizar: há bons e maus profissionais em todos os segmentos. É preciso criar mecanismos para combater essas fraudes e rever a estrutura atual de incentivos econômicos perversos do modelo assistencial vigente que criam espaço para tais comportamentos inadequados e que geram mais custos aos usuários", concluiu Fonseca.

**Fonte:** [ANS](#), em 12.09.2017.